

# pt notícias

Nº 37 - ano 1 - 3 a 9 de março de 1997

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## 8 de Março: muito por fazer

Nas vésperas do 8 de março de 1995, participei de um debate comemorativo que também discutia políticas de gênero para serem apresentadas ao documento brasileiro na Conferência de Pequim. Na mesa, uma liderança comunitária, que morava havia 20 anos em uma favela que se transformara em conjunto habitacional, e uma pesquisadora, especialista em planejamento urbano. A pesquisadora comentou que esta senhora tinha sorte de viver há 20 anos no mesmo local, pois a mobilidade média da população nas grandes cidades é de nove meses. Ao que a senhora respondeu: "Não foi sorte, não. Tem sido a luta de todos estes anos para resistir às pressões".

Passaram-se dois anos muito intensos. Foi realizada a Conferência Mundial da Mulher em Pequim. Tivemos vitórias no Congresso Nacional, como na lei eleitoral prevendo que no mínimo 20% das candidaturas aos cargos legislativos sejam de mulheres. A realidade das mulheres está mudando para melhor. Comemorarmos isto não nos impede de ver que ainda há muito por fazer.

Apesar da crise, a força de trabalho feminina vem aumentando. As trabalhadoras têm em média maior índice de escolaridade que os homens, mas recebem pouco mais da metade do que eles recebem. Existem cerca de sete mi-

lhões de mulheres chefes de família, fato que vem aumentando intensamente nos últimos anos. A mulher continua atendida unicamente - e de forma precária - como mãe. O câncer de mama e de útero permanecem como a quarta causa de morte de mulheres. Aumenta a proporção de mulheres contaminadas pelo HIV.

As mulheres não têm informação e acesso a métodos contraceptivos. Dentre as que usam métodos, predomina o uso da pílula, que têm várias contra-indicações e a esterilização cirúrgica, que é irreversível. O aborto é considerado um crime pelo Código Penal brasileiro.

É por estas e outras que as mulheres estão em luta por uma vida sem violência, sem desigualdade, sem discriminação. Para terem direito a decidir sobre sua vida, seu corpo, seu destino e, portanto, para interferir nos destinos do País. Este é um assunto para mulheres e homens porque exige resistirmos ao momento atual, quando direitos sociais e econômicos vêm sendo negados, e aprofundarmos a democracia no sentido de permitirmos o exercício da cidadania para todas e todos. Segue valendo a sabedoria popular de não contar só com a sorte, é preciso a "luta de todos estes anos"...

*Miriam Nobre, integrante do Coletivo Estadual de Mulheres do PT-SP*

**E MAIS...**

**PT fará  
campanha de  
mobilização** p.3

**Bird pede  
fiscalização de  
área indígena** p.4

**Princípios da  
Rede de  
Mulheres** p.5

**Dirigente fala  
sobre o PT  
necessário** p.6

**Secretário analisa  
o ódio do Governo  
ao MST** p.7

# Reeleição é golpe

Desde que foi proclamada a República, em 1889, os governantes brasileiros foram proibidos de ser reeleitos. Era uma tentativa de impedir, na prática, a volta da Monarquia, pois a sociedade não suportava mais a tirania de um governo imperial autoritário que dominava e manipulava o Congresso da época. Parece muito com hoje em dia, não?

Vimos nos últimos meses uma intensa pressão do Governo FHC sobre o Congresso. Vimos o fisiologismo, as ameaças de perda de cargos e outras formas de ameaça, a troca de votos por obras e verbas, tudo com ampla divulgação pela imprensa. Percebemos que o Executivo detém um enorme poder, capaz de relegar os outros poderes a um papel secundário.

A barganha de cargos, financiamentos e compromissos de obras com os quais o Governo busca votos para garantir a vitória da emenda da reeleição nos dá a medida do que significará a utilização da máquina do Estado para viabilizar a "recandidatura" de Fernando Henrique e, obviamente, a reprodução de tais métodos nos Estados e municípios.

O presidente, ao propor a alteração da Constituição em seu próprio benefício, iguala-se a Fujimori, no Peru, que já desenvolve uma batalha judicial para obter um terceiro mandato.

Várias entidades e juristas têm alertado para o fato de que a emenda da reeleição que foi aprovada em primeiro turno não define quantas vezes seguidas um candidato poderá se reeleger. Isto abre a possibilidade de perpetuação no poder dos ocupantes de cargos executivos alavancados pelo uso da máquina governamental, promovendo a disputa eleitoral sob bases desiguais e colocando em risco o Estado de Direito democrático.

A continuidade de uma administração deve se basear nos programas dos partidos, que são instituições coletivas e públicas, e não na efêmera vaidade dos indivíduos.

Como pode ter direito à reeleição um Governo que usa e abusa das medidas provisórias (MP)? Será que todas (ou a maioria) são realmente relevantes e exigem urgência? Ou são usadas apenas para subjugar o Congresso? Ou ainda para impedir os debates e o conhecimento do povo sobre os verdadeiros resultados de cada medida?

Este é o governo recordista na edição de medidas provisórias. Foram 964 desde que FHC tomou posse até novembro de 96 (menos de dois anos!). Sarney emitiu 138; Collor, 160; e Itamar, 505. A última MP aprovada foi a de nº 1.164, de 22/11/95. Depois disso, o Governo vem editando e reeditando MPs à vontade, como os famigerados decretos-lei dos

piores tempos da ditadura.

Também somos contrários à reeleição, pois o que vimos nestas eleições foi um festival de compra de votos e negociatas: milhares de camisetas, bonés, cestas básicas, laqueaduras, gente da oposição que foi para a situação. Imagine se houvesse reeleição! Ia ser oficializada a compra de voto e a perseguição aos servidores públicos e à oposição!

Devemos lembrar que em momento nenhum o povo foi consultado; que, nas eleições de 1994, nenhum candidato ou partido fez campanha pela reeleição; que a maior parte da população acha que os problemas mais importantes do Brasil são o desemprego, a falta de reforma agrária e as péssimas condições de saúde às quais estamos submetidos. Este Governo atropela nossas necessidades para tentar nos impor seu desejo de se reeleger a qualquer custo.

Por isso, devemos dizer com toda clareza: quem não faz reforma agrária, quem promove o desemprego, quem impede a reposição da inflação aos salários, quem quer acabar com o direito à aposentadoria, quem impõe um salário mínimo de miséria (reajuste para R\$ 122,00 é piada) não merece reeleição!

*Hilton Faria da Silva, membro da coordenação do Fórum pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça no Campo de Tocantins.*

# DN aprova plano de mobilização

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 22 e 23 de fevereiro, aprovou plano de mobilização da sociedade, a ser assumido junto com partidos de oposição e entidades populares, sindicais e democráticas com o objetivo de se opor ao autoritarismo e à política neoliberal do Governo Federal e em defesa da democracia, da reforma agrária e da justiça social.

Foi estabelecida uma série de iniciativas, tendo como eixo as três campanhas de mobilização assumidas pelo Partido (em defesa da Vale do Rio Doce, pela reforma agrária e pelo emprego), que convergirão na organização de um Encontro Nacional

de Entidades Democráticas.

Entre as iniciativas, estão a realização de plenárias em diretórios regionais; com entidades populares e sindicais; produção de material de propaganda e integrar as bancadas parlamentares nas mobilizações. O presidente do Instituto Cidadania, Luiz Inácio Lula da Silva, organizará, junto com a CUT, calendário de reuniões, plenárias e caravanas em torno da Campanha pelo Emprego, atuando, também, na mobilização dos diretórios do PT e dos sindicatos.

Será formado, no Diretório Nacional, um Grupo de Trabalho de Mobilização (GTM), que terá a tarefa de criar condições

políticas e materiais para a mobilização.

O DN deliberou pela prioridade às atividades já agendadas na campanha de mobilização, que são a Marcha do MST a Brasília, iniciada no dia 17 de fevereiro; a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, organizada pela CUT e várias outras entidades, marcada para os dias 4 a 6 de abril; o 4º Grito da Terra em 22 de abril; as atividades do 1º de Maio; o VII Fórum de São Paulo, em Porto Alegre (RS), entre 31 de julho e 1 de agosto; o Fórum das Américas, em Belo Horizonte (MG), em junho; e o Grito dos Excluídos, promovido pela CNBB, em 7 de setembro.

## EXECUTIVA

### CEN tem nova composição

O Diretório Nacional também aprovou a nova composição da Comissão Executiva Nacional. Foram criadas as secretarias de Desenvolvimento Econômico, a cargo do ex-deputado federal Aloizio Mercadante, e Jurídica, que tem como titular o deputado federal por São Paulo Luiz Eduardo Greenhalgh. A Secretaria Agrária passa a ser ocupada pelo ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, cuja indicação foi consensual em todos os movimentos do meio rural e de todas as secretarias agrárias do Partido. Vera Gomes é a nova secretária de Comunicação, no lugar de Gilberto Carvalho.

O deputado federal Arlindo Chinaglia assume a 2ª vice-presidência e Cândido Vaccarezza, a 3ª vice-presidência. O novo titular da Secretaria Geral é Joaquim Soriano. Jorge Almeida responderá pela Secretaria de Formação Política, vaga desde a morte de Perseu Abramo; Sonia Hypólito se encarregará da Secretaria de Movimentos Populares. Laércio Barbosa, Neide Aparecida, Iriny Lopes e Sávio Bones são os novos vogais, além de Telma de Souza, que passou o cargo de titular da Secretaria de Assuntos Institucionais para Vicente Trevas, e o deputado federal José Genoíno.

### Encontros têm datas definidas

Os encontros nacional, estaduais e municipais já têm datas definidas. O nacional será nos dias 29, 30 e 31 de agosto. Os estaduais ocorrem nos dias 19 e 20 ou 26 e 27 de julho.

Os setoriais nacionais serão após os estaduais, até 10 de agosto, enquanto os setoriais estaduais devem ser realizados depois dos municipais, até 29 de junho. Entre 17 e 25 de maio, devem acontecer os encontros municipais, zonais e de núcleos. Os encontros municipais das cidades que têm zonais serão até 15 de junho.

# Bird cobra proteção aos índios

A representação do Banco Mundial (Bird) no Brasil solicitou ao Governo do Estado de Rondônia a apuração de denúncias de invasão e depredação das terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Parque Estadual do Guajará-Mirim. Neste Estado, o Bird financia o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaforo), que tem entre seus objetivos "fortalecer o sistema de fiscalização e controle das áreas protegidas de Rondônia". Em novembro do ano passado, o Bird já havia alertado o governador Valdir Raupp que a fiscalização e controle das áreas seria condição para a prorrogação da data de encerramento do

projeto e, diante das novas denúncias, solicitou ao Governo do Estado uma detalhada descrição dos planos para a proteção dos territórios indígenas. O temor das entidades indigenistas é que o Planaforo, implementado em meados de 1992, repita o desastre de outro programa financiado pelo Bird - o Polonoroeste -, que causou sérios danos ambientais à região.

As denúncias relativas às duas áreas indígenas partiram do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), da Associação de Defesa Etno-Ambiental - Kanindé e da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Norte do Mato

Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir). O Cimi revela que, na única fiscalização feita no ano passado, ficou constatado que na área Uru-Eu-Wau-Wau existem aproximadamente 400 famílias, sendo que, destas, apenas 20 são moradoras e o restante está na região para fazer marcações de lotes e/ou derrubadas de árvores. O maquinário retido nesta fiscalização foi estranhamente devolvido aos invasores. A entidade Kandindé reclama por uma auditoria criteriosa no Componente Ambiental do Planaforo, que possivelmente constatará que milhões de metros cúbicos de madeira nobre foram roubados das áreas indígenas. Ainda segundo a Kanindé, 80% dos recursos para a fiscalização foram cortados e foi constituído um novo grupo interinstitucional para acompanhar este trabalho, deixando de fora várias ONGs indigenistas.

Segundo a correspondência da Cunpir, os índios Uru-Eu-Wau-Wau são humilhados e constrangidos pelos madeireiros, grileiros e posseiros, incentivados por políticos inescrupulosos a invadir a área e construir estradas para facilitar o transporte da madeira roubada. A ação dos invasores acaba por interferir na vida da população indígena, que vê a caça fugir diante da floresta destruída. "O dano que está sendo causado à população indígena não prejudica só os índios, mas toda a humanidade, pois é toda uma biodiversidade que vem sendo destruída".

Cimi: (061) 225-9457

## Calendário 97



PT  
PARTIDO  
DOS TRABALHADORES

JANUÁRIO												FEBREIRO												MARÇO												ABRIL											
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31						25	26	27	28	29	30	31						25	26	27	28	29	30	31						25	26	27	28	29	30	31					



Calendário/cartaz  
PT-1997 Preço  
unitário: R\$ 6,00  
Para quantidades  
acima de 6,  
descontos  
progressivos

Procure o  
Diretório de sua  
cidade. Ou ligue  
para o Diretório  
Nacional:  
(011) 223 3944  
ramal 225

**SANTA CATARINA** - O PT ganhou importante espaço na Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Na eleição realizada no dia 17 de fevereiro, o deputado Neodi Saretta ficou com a primeira-vice-presidência. A nova composição surgiu de acordo entre o PT, o PSDB, o PDT e o PPB, elegendo para presidente o tucano Francisco Kuster. O acordo entre os partidos incluiu a eleição de Saretta para presidir a Casa em 98. **Assembléia Legislativa de Santa Catarina: (048) 221-2681**

**RÁDIOS** - Com o objetivo de formalizar sua fundação e definir estratégias de luta pela regulamentação da radiodifusão comunitária no País, a Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias realizará encontro nacional, em Atibaia (SP), entre os dias 4 e 6 de março. **Abraço: (021) 253-1154**

**PLANO REAL** - O Diretório Regional do PT de São Paulo prepara, para os dias 5 e 6 de abril, conferência estadual para debater os temas Plano Real - Avaliação e Perspectivas; Ajuste Econômico Neoliberal; Globalização e Relações de Trabalho; e Elementos de um Projeto Político para o PT. A organização do evento está a cargo de comissão composta pela vice-presidente do DR-SP, deputada estadual Bia Pardi, e pelos membros Aldo Fornazieri e Vitória Cancelli. **DR-SP: (011) 224-1900**

**SAÚDE** - A Plenária Nacional da Saúde (PNS) realizará atos e eventos em defesa do SUS em vários Estados e municípios até o dia 7 de abril. Para o dia 9 de abril, está programado ato, seguido de show, em Brasília. A coordenação da plenária quer adesões de entidades na organização desses eventos e pede que os representantes sejam indicados através de fax até o dia 10 de março, aos cuidados de Jacinta de Fátima Sena. **PNS: fax (061) 346-0231**

COMBATE AO RACISMO EM MOVIMENTO -V

## Princípios da Rede

O II Encontro da Rede de Mulheres Afro-Latino-americanas e Afro-Caribenhas, realizado entre os dias 2 e 5 de dezembro, em São José (Costa Rica), aprovou definições sobre seus princípios, objetivos e estratégias. Nesta edição, divulgamos o texto de princípios:

- Identidade: As integrantes da Rede se autodefinem como mulheres negras afro-caribenhas e afro-latino-americanas;
- Direitos humanos: Os direitos das humanas e humanos estarão acima de qualquer particularidade cultural que discrimine;
- Solidariedade: Apoiar-se-á a luta de mulheres de outros grupos étnicos que

sejam vítimas de discriminação;

- Respeito à diversidade: A Rede confluem mulheres de distintas procedências sociais e políticas, motivo pelo qual se aceita a variedade de características das mulheres que a compõem;

- Autonomia fiscal: A captação e uso de recursos financeiros estará subordinada aos objetivos e estratégias da Rede;

- Democracia participativa: Em todos os níveis da Rede, os processos de trabalho se desenvolverão de maneira participativa.

*Secretaria Nacional de Combate ao Racismo:  
(011) 224-1914*

## Projeto de deputado corrige anomalia

Projeto de lei complementar, apresentado pelo deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) no dia 19 de fevereiro, acaba com um benefício dado aos proprietários de áreas rurais improdutivas. Trata-se do pagamento de juros compensatórios sobre a parcela de indenização aos donos de terras desapropriadas para fins de reforma agrária, decorrentes do lucro cessante da atividade interrompida, previsto na Lei Complementar 76, de 06/07/93. O projeto de Greenhalgh visa corrigir essa anomalia, que é pagar por lucro cessante a uma propriedade desapropriada para fins sociais, que não obtém lucro, por ser improdutiva.

*Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh: (061) 318-5479*

## Alimentos para a Marcha do MST

A Secretaria Agrária Nacional (SAN) está articulando junto aos diretórios regionais de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis para a Marcha a Brasília, organizada pelo MST. O DR-SP iniciou campanha dia 26 e os militantes da Grande São Paulo podem entregar os alimentos na sede estadual (rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos) até 8 de março. Nas demais cidades, os postos de arrecadação funcionarão na sede dos diretórios das macrorregiões. Para a SAN, é uma oportunidade de mobilização para os militantes apoiarem a luta pela reforma agrária.

*SAN: (011) 224-1971*

# O PT necessário

Sob o título “O PT pode se tornar desnecessário”, o *Diário Catarinense* publicou uma entrevista com o deputado federal Paulo Delgado (PT-MG), no último dia 30, em que o parlamentar critica a atuação do Partido na questão da reeleição. Mas o deputado vai mais longe e, em síntese, defende a conhecida tese de que, se você não pode vencê-los, junte-se a eles para tentar aproximar as propostas do Governo das defendidas pela esquerda.

Parece que o deputado Paulo Delgado, além de parlamentar e professor de História, quer em seu currículo a atuação como mágico. Sim, pois só com mágica - o que não existe em política - para aproximar a

luta pela reforma agrária da prática de um Governo que vê a violência no campo crescer sob seus olhos e não toma medidas concretas para combatê-la. O Governo FHC só faz reforma agrária na novela das oito. Só com mágica para juntar a vergonhosa entrega do patrimônio público com a tentativa de venda da Vale do Rio Doce àqueles que a defendem com argumentos técnicos e políticos que colocam a Nação em primeiro lugar.

Quem sabe, vamos chegar a um desempregado e dizer: “Olha, nós vamos nos juntar com o Governo que causou o seu desemprego para tentar torná-lo um pouco menos desempregado”. E receber como

resposta: “Mas se todos estiverem junto com os grandes, quem vai defender os pequenos?”. Pois é justamente esta a questão que se coloca: juntar-se ao neoliberalismo para tentar “melhorá-lo”, mais do que ilusão, é arrancar dos trabalhadores, dos pequenos e microempresários e agricultores, dos sem-terra, dos desempregados, dos jovens um instrumento de luta criado há 17 anos para combater o capitalismo e construir uma alternativa para a sociedade, baseada na democracia, na solidariedade e na justiça social.

O PT não surgiu e não pode se pautar pela preocupação única de perder votações ou eleições em determinado momento. Ser maioria não é necessariamente ter a proposta mais justa. Ainda mais quando essa maioria, no caso do Governo FHC, é conseguida na base do “é dando que se recebe”. A tarefa de nosso Partido é histórica e é essa a dimensão que devemos dar à sua atuação. Do contrário, de fato, “o PT pode se tornar desnecessário”. Só que, felizmente, não é esse o pensamento que vimos nas ruas, entre os que sofrem com a dita “estabilidade”, imposta à base de arrocho, altos juros, desemprego e miséria. Para eles, o PT é mais necessário do que nunca. Mas um PT de luta, de garra, de propostas concretas. Um PT que não se entrega ao ceticismo. Um PT que continue a bater forte do lado esquerdo do peito. Um PT que lhes dê e não abra mão da esperança.

(\*)Presidente do Diretório Regional do PT de Santa Catarina



Você não precisa ter conta no Bradesco

**Cartões PT  
Bradesco Visa**

Procure o diretório de sua cidade. Agora é ele que ganha com os cartões. Ou ligue para o Diretório Nacional: (011) 223 3944 ramal 225

# Tiro pela culatra

O ódio que o governo devota ao MST explica-se facilmente: o presidente da República esmera-se em dar ao mundo a imagem de um Brasil finalmente civilizado e tranqüilo. O MST ocupa fazendas; grileiros e pistoleiros atiram; a Polícia massacra lavradores. A imagem desfaz-se como uma bolha de sabão. E vêm então as críticas: os intelectuais italianos estragam a recepção na Universidade de Bolonha; o papa exorta seu mais novo "devoto" a fazer a reforma agrária (coisa que ele proclama estar fazendo). Isto, contudo, não é o pior. O pior é que os homens de Wall Street, de Davos, da OECD, da City ficam assustados e não emitem sinais verdes para os investidores estran-

geiros. Isto, sim, atrapalha o Presidente.

Entre duas opções possíveis: fazer a reforma agrária ou destruir o MST, o Governo, não podendo contrariar seus aliados do PFL, preferiu a segunda. Para pô-la em prática, formulou duas táticas. De um lado, a repressão, da qual ficou encarregado o ministro Jobim; de outro, o isolamento político, tarefa que ficou a cargo do ministro Jungmann.

Para desincumbir-se da primeira, o ministro Jobim entrevistou-se com o governador Mário Covas e o procurador Luiz Antonio Marrey, pressionando-os a reprimir os sem-terra. Ambos recusaram-se a tanto.

Para executar a segunda, Jungmann

propôs a criação de um Fórum de Reforma Agrária. Esse colegiado iria acompanhar a execução da reforma. Foram convidados a participar: CNA, SRB, Contag, CUT, OAB, CNBB. Foram excluídos: o MST e a UDR sob a alegação de que não atuam dentro da "lei" (leia-se, dentro dos limites do jogo propagandístico de proclamar a realização de uma reforma agrária sem a estar realizando, de fato). Mas o tiro saiu pela culatra. Vicentinho declarou que não se sentará no Fórum sem o MST. A Contag também recusou-se a participar. E finalmente d. Lucas Neves, presidente da CNBB, foi à imprensa para dizer: "Não se deve isolar o MST".

Enquanto isso, a marcha dos sem-terra prossegue. Três colunas caminham 20 km por dia, recebendo cada vez mais solidariedade nas cidades onde param para refazer-se. A marcha da esperança.

Acusado de desordeiro e violento, o MST tem sido, pelo contrário, agente da ordem - não obviamente desta (des)ordem que gera miséria, mas de uma ordem social verdadeira, baseada na Justiça. Alimentando a esperança da reforma agrária, atuando sempre às claras e civilizadamente, o movimento está evitando o surgimento de focos de violência no campo. A Colômbia e o Peru estão aí para demonstrar a tragédia que significa a guerrilha - recurso último dos desesperados contra oligarquias tirânicas que não lhes oferecem outra saída.

Plínio de Arruda Sampaio, secretário Agrário Nacional do PT

## CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual:  1xR\$ 50,00  2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária  
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)  
 Depósito bancário nominal para Partido dos Trabalhadores,

Banco do Brasil Ag. 3323-5 - Barra Funda -SP - c/c nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome

Endereço

Profissão

CEP

Cidade

Estado

Tel.

Sexo:  Masc  Fem

Filiado ao PT:  sim  não

## ASSINE O SEMANÁRIO



Rua Conselheiro Nébias, 1052  
 CEP 01203-002 São Paulo/SP  
 Fone (011) 220.2103

## MARÇO

- **5 e 6** - Encontro Estadual Paulista do MST. São Paulo
- **8** - Lançamento da Campanha contra a Violência Doméstica e pela Paternidade Responsável
- **8** - Encontro Municipal do Setorial de Negros e Negras do PT. Juiz de Fora (MG)
- **14 a 16** - Reunião da Secretaria Operativa da Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras). Belo Horizonte (MG)
- **15 e 16** - Congresso da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc). Concórdia
- **19** - Entrega do Prêmio In-

ternacional Rei Balduino para o Desenvolvimento 1996 ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Bruxelas (Bélgica)

- **19 a 22** - Lançamento, em todo o País, da campanha 4º Grito da Terra, promovido pela CUT e Contag
- **20 a 23** - 1º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Sobre Direitos Humanos na América Latina e Caribe. Buenos Aires (Argentina)
- **22 e 23** - VI Encontro Setorial da juventude petista catarinense. Chapecó
- **27 e 29** - Seminário da Fenaj sobre Mídia, Democracia e Direitos Humanos. Natal (RN)

### CALENDÁRIO DOS PROGRAMAS DE RÁDIO E TV DO PT - 1º SEMESTRE

PROGRAMA NACIONAL	DATA	HORÁRIO
	6 de março	20h às 20h20 (rádio) 20h30 às 20h50 (TV)
PROGRAMAS ESTADUAIS	ESTADOS	DATA
	AM	24 de março
HORÁRIO	AL e MG	21 de abril
20h às 20h20 (rádio) 20h30 às 20h50 (TV)	ES, GO, MT, PR, SC e TO	28 de abril
	AC, AP, BA, CE, DF, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e SP	26 de maio

**ptnotícias**  
SEMINÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Eliseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002